

DOSSIÊ “INTERNET E POLÍTICA”

Apresentação:

uma amostra das novas possibilidades de pesquisa sobre as relações entre as NTICS e a política

“Para a maioria das pessoas, só existem dois lugares no mundo: o lugar onde elas vivem e a televisão”¹. Se afirmações desse gênero tinham algum fundamento até bem pouco tempo atrás para sintetizar a presença e os impactos da mídia no mundo contemporâneo, dificilmente são plausíveis nos dias de hoje, quando tornou-se mais ou menos evidente para a maioria dos observadores e cientistas sociais que a internet é, cada vez mais, um importante recurso de intermediação e comunicação entre os indivíduos e de constituição de uma nova “esfera pública interconectada”, para além das mídias tradicionais².

Entretanto, se é patente que a internet está alterando significativamente as fontes de informação e o comportamento cotidiano de grande parte dos indivíduos (ao menos daqueles “digitalmente incluídos”), qual seria sua influência real nas múltiplas dimensões das atividades políticas possíveis de serem empreendidas nos sistemas políticos contemporâneos, especialmente nos sistemas políticos democráticos? Quais os seus impactos efetivos tanto nas instituições e processos tradicionais que integram esses sistemas políticos (tais como parlamentos, eleições, partidos políticos, agências governamentais etc.), quanto no tocante

à abertura de novas janelas de oportunidade para a manifestação e organização políticas de outros atores sociais (“ciberativismo”, *blogs*, *Web 2.0*, redes sociais, novos processos deliberativos etc.)?

O objetivo deste dossiê é fornecer alguns subsídios que possibilitem uma resposta mais fundamentada a essas indagações. Assim, menos do que a pretensão algo despropositada de estipular uma “agenda de pesquisa” sobre o tema das relações entre internet e política ou, mesmo, de fazer um balanço sobre o “estado da arte” das investigações realizadas nesse campo no Brasil, o escopo desse dossiê é diverso: procuramos reunir estudos, de preferência aqueles com viés mais “empiricamente orientado” e apresentando resultados de pesquisas originais, que possibilitem uma abordagem das indagações acima, saindo um pouco do caráter excessivamente especulativo, da sistematização de afirmações de segunda mão esparsas na literatura internacional, ou de exercícios de futurologia com pouca fundamentação empírica e viés pretensamente “normativo”, que costumam ter boa parte dos textos e análises sobre os impactos da internet na política produzidos por certo tipo de literatura.

Nesse sentido, devemos inicialmente reconhecer que, mesmo não sendo propriamente uma “terra incógnita” (na medida em que já existe um *corpus* razoavelmente significativo — embora disperso — de trabalhos sobre o assunto), podemos afirmar que, no Brasil, salvo os trabalhos de alguns pesquisadores pioneiros (EISENBERG & CEPIK, 2002; EISENBERG, 2003; LIMA, 2007; NÚCLEO DE ESTUDOS EM ARTE, MÍDIA E POLÍTICA, 2009) não são muito numerosos os exemplos de estudos sobre os impactos da internet no sistema político empreendidos sob a ótica es-

¹ Com essa passagem do livro *Ruído Branco*, romance de Don DeLillo, foi aberto o Dossiê “Mídia e Política”, do número 22 da *Revista de Sociologia e Política*, organizado por Luiz Felipe Miguel e publicado no primeiro semestre de 2004 (cf. MIGUEL, 2004).

² Uma interessante discussão a respeito desse tópico encontra-se no recém-publicado número especial do *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, contendo vários artigos dedicados a debater a seguinte questão: “The End of Television?” (cf. AMERICAN ACADEMY OF POLITICAL AND SOCIAL SCIENCE, 2009).

trita do sociólogo e do cientista político. Com efeito, ainda são raros artigos em periódicos científicos brasileiros abordando de maneira sistemática e apresentando resultados de pesquisa originais sobre o assunto, para não falar na escassez de revistas acadêmicas especializadas em publicar artigos sobre as relações entre as Novas Tecnologias de Comunicação e Informação (NTICs), a sociedade e a política³.

Podemos ainda constatar certa tendência, em alguns dos principais eventos e congressos brasileiros de Ciências Sociais e Ciência Política, a subsumir o tema “Internet e Política” e seus correlatos (“democracia eletrônica”, “democracia digital”, “e-democracia” etc.) dentro de outros grupos e rubricas mais gerais de pesquisa, tais como “mídia e política”, “cibercultura” ou mesmo “sociedade de informação”. Uma situação diferente da que ocorre em outros países, onde já há algum tempo essa linha de pesquisa adquiriu autonomia e identidade próprias, desvinculando-se de outros campos de investigação aos quais costuma estar associada naqueles espaços geográficos onde a reflexão sobre esses temas ainda é pouco desenvolvida. À guisa de exemplo convém examinar os programas dos eventos recentes organizados por algumas das mais importantes associações de cientistas políticos e sociais no plano internacional, tais como a IPSA (*International Political Science Association*), o ECPR (*European Consortium for Political Research*), a APSA (*American Political Science Association*) e a ALACIP (*Asociación Latinoamericana de Ciencia Política*). Todas essas entidades já incorporam regulamente, em seus congressos e *workshops*, mesas redondas e grupos de trabalho para discutir temáticas mais específicas referentes à “democracia eletrônica” ou sobre as relações entre “internet e Política”⁴.

³ Um tipo de publicação, diga-se de passagem, bastante comum em países de democracia mais institucionalizada e onde os estudos sobre as relações entre NTICs e a política encontram-se num estágio mais avançado.

⁴ Ver, por exemplo, o *Research Committee Session sobre Electronic Democracy* (RC10) organizado desde 2007 na IPSA (cf. INTERNATIONAL POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION, 2009); as sessões sobre *Parliaments, Parties and Politicians in Cyberspace* (cf. EUROPEAN CONSORTIUM FOR POLITICAL RESEARCH, 2009a) e sobre *Internet and Politics* (cf. EUROPEAN CONSORTIUM FOR POLITICAL RESEARCH, 2009b),

Esses são apenas alguns indicadores que atestam não apenas a necessidade de uma presença cada vez mais forte das reflexões sobre as relações entre “internet e política” na agenda de pesquisa dos cientistas sociais e políticos brasileiros, mas também de sua progressiva constituição como um campo autônomo e interdisciplinar de investigação, não necessariamente subsumido a outros campos.

Portanto, é mais do que justificável que os periódicos brasileiros de Ciências Sociais abram regulamente espaço para a divulgação de resultados de pesquisas realizadas nessa área, a fim de preencher algumas dessas lacunas, o que pretendemos fazer neste dossiê, em que buscamos fornecer um panorama das possibilidades abertas à investigação na temática das relações entre a “internet” e a “política”, contemplando não apenas trabalhos de pesquisadores brasileiros, mas também de outros países.

O dossiê é aberto com um artigo de Cristina Leston-Bandeira, escrito especialmente para este número da *Revista*, onde a autora apresenta dados de sua pesquisa sobre as funções desempenhadas por 15 parlamentos europeus, desenvolvendo e aprofundando questões anteriormente abordadas em outros de seus estudos (LESTON-BANDEIRA, 2007a; 2007b). Assim, antes de qualquer especulação sobre os potenciais da Internet para estabelecer alguma variante de democracia qualitativamente distinta das democracias parlamentares tradicionais (seja uma “democracia eletrônica direta”, seja uma “democracia participativa” ou “deliberativa”), talvez fosse o caso de procurar responder uma pergunta mais singela: como a Internet está repercutindo no funcionamento destas instituições-chave das democracias representativas que são os órgãos parlamentares? Ou por outra: que valor estão agregando as NTICs em geral, e a internet em particular, ao funcionamen-

ocorridas respectivamente no *Joint Sessions of Workshops*, em abril de 2009, em Lisboa, Portugal, e na *ECPR General Conference*, realizada em Postdam, Alemanha, em setembro de 2009; a bem estruturada e produtiva sessão sobre *Information Technology and Politics*, que ocorre na APSA, desde pelo menos meados da década de 1990 (cf. AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION, 2009); e a área temática seis, *Sociedad del Conocimiento y Ciencia Política*, organizada no IV Congresso da ALACIP, realizado em San José, Costa Rica, em agosto de 2008.

to das instituições “representativas” mais tradicionais, tais como os órgãos parlamentares, campanhas eleitorais, partidos políticos etc.?

Leston-Bandeira procura encaminhar a resposta a essas (e outras) indagações por meio do estudo comparado do desempenho de quatro índices que mensuram as funções desempenhadas pelos órgãos parlamentares: legislação, legitimação, representação e escrutínio. Examinando o desempenho de tais indicadores, a autora chega à conclusão de que não há uma resposta simples e unívoca a estas perguntas, na medida em que os sítios eletrônicos parlamentares europeus agregam mais valor a determinadas funções desempenhadas pelos órgãos legislativos (ou seja, as de “legislação” e “legitimação”) em detrimento de outras tais como a de “representação”. Leston-Bandeira formula ainda algumas hipóteses para explicar os padrões observados e reflete sobre as potencialidades (e limites) dos tipos de atividade política a serem desenvolvidas por meio dos sítios parlamentares.

Talvez o exemplo mais espetacular de emprego dos novos recursos de comunicação digital para produzir um determinado resultado político tenha sido o uso da Internet na mais recente campanha presidencial norte-americana, especialmente pelo candidato vencedor Barack Hussein Obama. Quais as principais inovações trazidas pela aplicação da Internet nesse pleito e como isso pode afetar a agenda de pesquisa sobre o uso dessa mídia nas campanhas eleitorais num futuro próximo previsível? Uma tentativa inicial de resposta a essa indagação pode ser encontrada no artigo de Wilson Gomes e seus colaboradores, que, em um instigante e informativo texto, efetuam um minucioso exame de alguns dos principais recursos de comunicação digital empregados pelo *staff* estratégico do atual presidente dos Estados Unidos da América em sua campanha eleitoral e no início de seu governo.

Além dos parlamentos e dos candidatos existe uma série de outros atores participantes do “sistema político virtual” (NORRIS, 2001), que, cada vez mais e de maneira mais intensa, empregam os recursos da Internet para organizar suas atividades como, por exemplo, os partidos políticos. Nesse sentido, que lições podem ser extraídas do uso da *Web* por tais atores em pleitos eleitorais recentes ocorridos em sistemas pluripartidários mais institucionalizados? Subsídios para uma resposta mais fundamentada a essa pergunta podem

ser encontrados no texto de Jose Luiz Dader, que analisa o uso da Internet pelos partidos espanhóis nas eleições de março de 2008. Dando continuidade a pesquisas anteriores de sua autoria sobre o uso da Internet pelos atores partidários (DADER, 2008; DADER & DIAZ AYUSO, 2008), Dader demonstra que, apesar dos significativos avanços no emprego da Internet pelos partidos espanhóis nos últimos anos, seu uso ainda está longe de se aproximar do padrão observado, por exemplo, na campanha presidencial de Barack Obama, em que uma eficiente coordenação estratégica dos recursos de comunicação digital da *Web 2.0* foi acompanhada da abertura de novos canais de participação e interação políticas.

Além das instituições mais estritamente relacionadas ao sistema representativo, outros atores do sistema político virtual que, de maneira crescente, transferem suas operações para o universo *online* são as diversas agências governamentais, podendo-se mesmo afirmar que estudos sobre “e-gov” empreendidos sob a ótica da Administração Pública e/ou da Gestão da Informação foram predominantes na primeira geração de trabalhos sobre “internet e política”. O artigo de Klaus Frey e Mario Procopiuck é um ótimo exemplo das contribuições que os cientistas sociais podem agregar a essa já vasta literatura. A esse respeito, uma importante inovação do trabalho dos autores, é a utilização da metodologia da *Policy Websphere Analysis* para mapear as redes sociais que se formam no espaço virtual para a execução de políticas públicas em duas importantes capitais brasileiras.

A internet pode possibilitar a inclusão de novos atores e novas formas de manifestação e organização políticas de sujeitos anteriormente marginalizados no espaço público dominado pelas antigas mídias? O instigante artigo de Rousiley Maia e Regiane Garcêz nos fornece vários elementos para refletirmos sobre essas indagações, ao examinar a luta por reconhecimento de comunidades de surdos em dois ambientes virtuais de natureza distinta: a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos e uma comunidade do Orkut. Fazendo uma análise qualitativa dos testemunhos encontrados em tais ambientes, as autoras chegam, dentre outras, à conclusão de que tais espaços públicos virtuais, embora sem concretizar estritamente os princípios de um “espaço público habermasiano”, foram um importante

ambiente de constituição de identidades e da luta por reconhecimento de tais atores, geralmente excluídos dos espaços públicos midiáticos tradicionais, ampliando assim suas possibilidades de expressão e de exercício da cidadania.

Qual a importância de se compreender a “política da internet” para se entender melhor os impactos da Internet “na” política? Tomando como ponto de partida a distinção entre essas duas possibilidades de abordagem do assunto, o texto de Sérgio Amadeu fornece preciosas indicações para refletirmos sobre as relações entre ambas, ao efetuar um mapeamento detalhado dos conflitos travados em torno dos suportes de uso das mídias digitais, bem como das forças sociais que dão sustentação política a cada um dos pólos da disputa.

Como redes sociais, tais como o Orkut, têm sido utilizadas nos pleitos eleitorais no Brasil e quais os efeitos políticos produzidos pelo uso dessa ferramenta? Maurício Coutinho e Vladimir Safatle, também aprofundando reflexões anteriores (BARROS FILHO; LIMA & SAFATLE, 2007) e utilizando dados inéditos de pesquisa do Ibope sobre o uso da internet nas eleições brasileiras de outubro de 2008, demonstram que a influência da internet não pode ser mensurada apenas de forma “direta”, por meio do percentual de respondentes que afirmam ser esta uma fonte de informação importante para a formação de suas preferências eleitorais. É necessário levar em consideração também alguns importantes efeitos multiplicadores “indiretos” da influência da *Web*, tais como, por exemplo, as redes sociais que se formam no Orkut, cujas características e potenciais de replicação do debate eleitoral são examinados pelos autores.

Victor Sampedro e Francisco Seoane Pérez examinam algumas características gerais do uso das antigas e novas mídias nas eleições espanholas de março de 2008, inserido nesse contexto o uso das NTICs. Os autores demonstram que os recursos da Internet foram instrumentalizados pelas grandes organizações partidárias espanholas para, num contexto de “bipolarização antagônica”, cooptar os recursos da *Web 2.0* para a linguagem tradicional do marketing político, criando uma campanha eleitoral pautada pela personalização, pelo negativismo e pela polarização artificial, em detrimento de campanhas orientadas para o debate substantivo de políticas que

realmente interessem à maioria da população, e para a criação de instrumentos de efetiva participação e mobilização políticas via *Web*.

Se a internet tem sido razoavelmente analisada sob a “ótica da oferta” (ou seja, do uso que os vários atores políticos fazem da *Web* para se comunicar e interagir com a opinião pública), o que podemos dizer sobre as relações entre internet e política sob a “ótica da demanda”, ou seja, em relação aos impactos que a Internet tem sobre as motivações e as preferências políticas dos cidadãos comuns? Subsídios para discutir essa importante e ainda pouco explorada questão nos são fornecidos pelo texto de Rogério Schlegel, em que, a partir de dados do *Latinobarometro 2007*, examinam-se, de uma perspectiva comparada, as relações entre internet e participação política dos cidadãos brasileiros, argentinos e chilenos. Uma das conclusões a que chega o autor - e não a menos instigante - é a de que, no caso brasileiro, não se observam as diferenças verificadas na Argentina e no Chile no tocante ao comportamento político entre usuários e não-usuários da *Web*, atenuando-se um pouco os impactos do “*digital divide*” observado nestes últimos países.

Uma importante ferramenta de ação política e de formação de uma “esfera pública interconectada” são os “*blogs* de política”. Entretanto, como incorporá-los à agenda de pesquisa da análise política e como apreender seus impactos efetivos na opinião pública? Uma sugestiva e empiricamente fundamentada reflexão nesse sentido é empreendida por Cláudio Luis Penteado, Marcelo dos Santos e Rafael Araújo, num texto em que sugerem um modelo metodológico para sistematizar a análise dos “*blogs* de política”, ilustrando o rendimento analítico de tal metodologia por meio do exame dos movimentos “Cansei” e do uso dos *blogs* na campanha presidencial brasileira de 2006.

Como os partidos políticos brasileiros usam a *Web*? Que recursos estão disponíveis nos sítios eletrônicos das agremiações partidárias nacionais e como eles estão sendo utilizadas por tais organizações? Sérgio Braga, Andressa França e Maria Alejandra Nicolas, também dando continuidade a outros estudos (BRAGA, 2007; BRAGA & NICOLÁS, 2008), buscam efetuar um mapeamento desses recursos, nas várias dimensões em que se dá a ação política dos partidos brasileiros. A conclusão a que chegam os autores

é a de que não se verifica estritamente, no caso brasileiro, o fenômeno da “normalização”, detectado por alguns analistas dos subsistemas partidários virtuais em democracias mais institucionalizadas (MARGOLIS & RESNICK, 2000), que defendem a tese de que a internet apenas reproduzirá a “política como usual” sem alterar significativamente os padrões de ação política e de competição pluralista existentes no mundo *offline*.

Por fim, o dossiê é fechado com um exemplo prático de como a internet pode contestar o monopólio do enquadramento das informações e de “formação da opinião pública”, anteriormente detido pelas grandes corporações midiáticas. Em sua “crônica política” em torno da expressão “ditabranda”, Caio Navarro de Toledo reconstituiu os termos de uma interessante movimentação “ciberativista” que, em pleno carnaval de 2009, mobilizou cidadãos *online*, fazendo com que um importante periódico paulista se retratasse de uma opinião anteriormente expressa em um editorial. O tom militante e combativo do texto não nos deve desviar a atenção do fato de que ele ilustra uma importante tese teórica sobre as relações entre as

novas mídias e a política: a possibilidade bem concreta e potencialmente reproduzível da internet de promover formas de “desintermediação” dos fluxos de informação e comunicação, fazendo com que os cidadãos escapem aos enquadramentos propostos pelas mídias tradicionais e pelos produtores de notícia a ela atrelados.

Concluindo, podemos afirmar que os artigos contidos nesse dossiê constituem uma pequena amostra de um novo e interdisciplinar campo de investigação que se abre aos pesquisadores sobre as relações entre as NTICs e os processos políticos: eleições, partidos políticos, governo eletrônico e políticas públicas, novos movimentos sociais, “ciberativismo”, estudos de *blogs*, a “política da Internet”, impactos da Internet no processo legislativo, dentre outros temas, são exemplos das múltiplas possibilidades de pesquisas empiricamente orientadas a serem realizadas com vistas a mapear os efeitos concretos dessa mídia nos sistemas políticos contemporâneos, bem como suas potencialidades em gerar novas, mais democráticas e transparentes formas de deliberação política e de sociabilidade humana.

Sérgio Braga e
Vera Chaia

Sérgio Soares Braga (ssbraga@ufpr.br) é Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Professor de Ciência Política no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Vera Chaia (vmchaia@pucsp.br) é Pós-Doutora em Ciência Política pela Universidad Rey Juan Carlos (URJC), na Espanha, e Professora Livre-Docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS FILHO, C. ; LIMA, M. O. C.; & SAFATLE, V.** 2007. Os usos das novas mídias na campanha presidencial de 2006. *In* : LIMA, V. *A mídia nas eleições de 2006*. São Paulo : Perseu Abramo.
- BRAGA, S.** 2007. *O papel das TICs na institucionalização das democracias* : um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul com destaque para o Brasil. Brasília : Plenarium-CEDI. Disponível em : http://www2.camara.gov.br/internet/eve/realizados/portal_seminario2007/material.html. Acesso em : 25.abr.2007.
- BRAGA, S. & NICOLAS, M.** 2008. Prosopografia a partir da web : avaliando e mensurando as fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras na internet. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 107-130.
- DADER, J. L.** 2008. Spain : Cyber-quake in a Soft Democracy? The Role of the Internet in the 2004 General Elections. *In* : WARD, S.; OWEN, D.; DAVIS, R. & TARAS, D. (eds.). *Making a Difference* : a Comparative View of the Role of the Internet in Election Politics. Lanham : Lexington Books.

- DADER, J. L. & DÍAZ AYUSO, I.** 2008. Las webs de partidos españoles 2004-2005 : Una investigación preliminar y de comparación europea, con una propuesta metodológica. In : CANEL, M. J. & GURRIONERO, M. G. (eds). *Estudios de Comunicación Política*. Libro del Año 2008. Madrid : Facultad de Ciencias de la Información de la Universidad Complutense.
- EISENBERG, J.** 2003. Internet, Democracia e República. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. 491-511.
- EISENBERG, J. & CEPIK, M.** 2002. *Internet e política : teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte : UFMG.
- LESTON-BANDEIRA, C.** 2007a. Are ICTs Changing Parliamentary Activity in the Portuguese Parliament? *The Journal of Legislative Studies*, Hull, v. 13, n. 3, p. 403-421, Sep.
- _____. 2007b. The Impact of the Internet on Parliaments : a Legislative Studies Framework. *Parliamentary Affairs*, London, v. 60, n. 4, p. 655-674, Aug.
- LIMA, V. (org).** 2007. *A mídia nas eleições de 2006*. São Paulo : Perseu Abramo.
- MARGOLIS, M. & RESNICK, D.** 2000. *Politics as Usual : The Cyberspace "Revolution"*. London : Sage.
- MIGUEL, L. F.** 2004. Apresentação. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 22, p. 7-12.
- NORRIS, P.** 2001. *Digital divide : Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide*. Cambridge : Cambridge University.

OUTRAS FONTES

- AMERICAN ACADEMY OF POLITICAL AND SOCIAL SCIENCE.** 2009. *The Annals*, Philadelphia, v. 625, n. 1, Sep. Disponível em : <http://ann.sagepub.com/current.dtl>. Acesso em : 2.ago.2009.
- AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION.** 2009. *Information Technology and Politics Section*. Sítio eletrônico. Disponível em : <http://www.apsanet.org/~itp/>. Acesso em : 2.ago.2009.
- EUROPEAN CONSORTIUM FOR POLITICAL RESEARCH.** 2009a. *Lisbon 2009 Joint Sessions*. Sítio eletrônico. Disponível em : <http://www.ecprnet.eu/ecpr/lisbon/>. Acesso em : 2.ago.2009.
- _____. 2009b. *Section Internet and Politics*. Sítio eletrônico. Disponível em : http://www.ecprnet.eu/general_conference/. Acesso em : 2.ago.2009.
- INTERNATIONAL POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION.** 2009. *RC10 – Electronic democracy*. Sítio eletrônico. Disponível em : <http://www.ipsa.org/site/>. Acesso em : 2.ago.2009.
- NÚCLEO DE ESTUDOS EM ARTE, MÍDIA E POLÍTICA.** 2009. *Revista Aurora*, São Paulo, n. 4, Jan-Abr. Disponível em : http://www.pucsp.br/revistaaurora/dez_2008/index.html. Acesso em : 2.ago.2009.